

ESTADO DA ARTE: PIBID EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Renata Oliveira dos Santos ¹
Zuleika de Paula Bueno ²
Fagner Carniel ³

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) integra a formação acadêmica das/os estudantes de Ciências Sociais. Trata-se de um programa federal, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja finalidade é promover uma formação docente articulada entre universidade e escola, por meio do desenvolvimento de atividades e práticas pedagógicas supervisionadas por docentes da educação básica. Nesse sentido, o PIBID contribui para a aproximação entre a formação teórica e o cotidiano escolar, fortalecendo o processo formativo das/os futuras/os professoras/es. As ações desenvolvidas no âmbito do programa são planejadas e executadas por meio de encontros formativos, atividades coletivas e diálogos constantes entre a coordenação do programa, estudantes da graduação e professoras/es supervisoras/es da educação básica. Essa dinâmica favorece a construção de práticas pedagógicas reflexivas, críticas e contextualizadas, articulando teoria e prática de modo contínuo. Diante do que estudos recentes têm denominado como um possível “apagão docente”, o PIBID consolida-se como uma relevante política pública de educação, ao incentivar uma formação que ultrapassa os muros acadêmicos. A presente comunicação, de caráter qualitativo e desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, surge a partir de meu primeiro contato com o programa, na condição de coordenadora convidada, motivado pelo questionamento acerca do que tem sido produzido academicamente sobre o PIBID no campo das Ciências Sociais. Assim, em junho de 2025, realizei um mapeamento inicial da produção acadêmica, na perspectiva de um estado da arte, utilizando os descritores “PIBID em Ciências Sociais” e “PIBID no ensino de Sociologia”, pesquisados nos bancos de dados CAPES, BDTD e JURN. Como resultado, foi possível observar que a maior parte dos estudos concentra-se nas práticas pedagógicas, nos relatos de experiência e na formação de professores, evidenciando a escassez de pesquisas que analisem o programa, no campo das Ciências Sociais, enquanto política pública de educação.

Palavras-chave: PIBID; Políticas Públicas de Educação; Estado da Arte; Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

Há um desafio que ronda os pensamentos de quem se propõe a ser professor/a de Sociologia na educação básica: o que e como ensinar Sociologia para adolescentes? Nas idas e vindas da disciplina no currículo escolar, esse questionamento persiste e se intensifica durante a formação acadêmica, quando estudantes e docentes responsáveis por disciplinas como Didática, Metodologia do Ensino e Estágio Supervisionado entre outras, se veem

¹ Doutoranda do Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC) da Universidade Estadual de Maringá – PR, rosantos@uem.br;

² Orientadora. Docente da Universidade Estadual de Maringá – PR, zpbueno@uem.br;

³ Docente da Universidade Estadual de Maringá – PR, fcarniel@uem.br;



envolvidos em atividades pedagógicas e práticas de ensino e aprendizagem que exigem articular teoria e realidade escolar, de modo a ampliar a compreensão dos conceitos sociológicos e de sua aplicabilidade no cotidiano.

A formação de professoras/es sempre esteve no horizonte da história da educação no Brasil. De maneiras distintas, inúmeros governos defenderam programas e políticas públicas voltados à criação de incentivos e mecanismos de fomento que garantissem a preparação adequada de profissionais para atuar na educação básica. Neste artigo, a reflexão proposta parte da compreensão da história e o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que está presente, no curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) desde 2012.

O PIBID é um programa federal, vinculado à CAPES, que tem por finalidade promover uma formação docente articulada entre universidade e escola, a partir do desenvolvimento de atividades e práticas pedagógicas supervisionadas por docentes da educação básica. Essas ações são planejadas e executadas por meio de encontros e diálogos entre a coordenação do programa na UEM, estudantes da graduação e professoras/es supervisoras/es. Diante do que tem sido chamado de um possível “apagão docente”, o PIBID configura-se como uma importante política pública de educação para a manutenção dos cursos de licenciatura, ao fomentar e incentivar uma formação que ultrapassa os muros acadêmicos e revela inúmeras possibilidades para o fazer educacional.

Ao longo das reuniões desenvolvidas com as/os pibidianas/os, emergiu o questionamento acerca do que tem sido produzido, no âmbito acadêmico, sobre o PIBID em Ciências Sociais. Assim, em junho de 2025, realizamos um mapeamento inicial, utilizando os descritores “PIBID em Ciências Sociais” e “PIBID no ensino de Sociologia”, pesquisados nas bases de dados CAPES, BDTD e JURN. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e orientada pelo método do estado da arte. Como resultado, constatamos que a maior parte dos estudos se concentra nas práticas pedagógicas, nos relatos de experiência e na formação de professores. Chamou-nos a atenção, contudo, a escassez de pesquisas que abordam o programa, no campo das Ciências Sociais, como uma política pública de educação, evidenciando uma lacuna relevante a ser explorada.



REFERENCIAL TEÓRICO

Santos (2014) nos apresenta diferentes programas governamentais para a formação de professores por meio da universidade pública, entre eles se destacam: o PARFOR⁴, a PRODOCÊNCIA⁵ e o PIBID. Para o autor, este último se difere dos demais por ser direcionado para as licenciaturas e possuir bolsistas externos à universidade, no caso as supervisoras/es, docentes da educação básica. Além disso, o PIBID promove uma interação mais intensa entre distintos participantes, estabelecendo uma relação direta entre a academia e a escola.

O programa defende que a participação de licenciados proporcione às/aos graduandas/os a oportunidade de, ao serem inseridos no cotidiano escolar, criar e participar de iniciativas que promovam práticas docentes interdisciplinares, inovadoras e condizentes com a realidade social, histórica, política e cultural de cada ambiente escolar. Já a supervisão realizada por docentes da educação básica busca assegurar que essa relação entre estudantes e professoras/es seja integrada aos processos formativos, reconhecendo tais docentes como coformadores de novas/os profissionais da educação.

Embora tenha sido criado em 2007, pela Portaria Normativa nº 38, e transformado em medida presidencial em 2010, por meio do Decreto nº 7.219, o PIBID passou a integrar, em 2013, o Art. 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Ainda assim, permanece sujeito a constantes alterações promovidas pela CAPES. Entre essas mudanças, destaca-se a limitação, implementada em 2018, do público-alvo para apenas a primeira metade do curso de licenciatura. Tal restrição, contudo, foi posteriormente revogada. Em 2025, as/os graduandas/os podem participar do programa desde o primeiro até o quarto ano da graduação, como ocorre no PIBID de Ciências Sociais da UEM.

Atualmente, o PIBID–Ciências Sociais/UEM conta com 24 estudantes da licenciatura, duas supervisoras e um supervisor, um coordenador, uma coordenadora e uma coordenadora convidada. Ao longo de 2025, diversas ações têm sido desenvolvidas com o objetivo de estimular a criação de metodologias e práticas pedagógicas que permitam fazer do ensino de Sociologia um espaço de experimentações, vivências e de um artesanato docente construído por meio do diálogo, das trocas e da constante revisão de atitudes que possam tornar o processo de ensino um momento de aprendizagem contínua, compartilhada por diferentes sujeitos que atuam, cotidianamente, dentro e fora da sala de aula.

⁴ Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

⁵ Programa de Consolidação das Licenciaturas.



Para Lave e Wenger (2022), a aprendizagem possui uma dimensão eminentemente prática e pode manifestar-se em múltiplos tipos de atividades. Ela também pode ser compreendida a partir da improvisação, da interação e dos processos desenvolvidos de maneira coerente com a realidade vivenciada. Para as autoras, o conhecimento é portátil, sendo fundamental reconhecer que:

A transparência relativa de um contexto de aprendizagem depende, não das características do contexto em si, mas da preparação e flexibilidade do aprendiz [...] a capacidade de aprender se desenvolveria numa relação íntima com a capacidade de realizar tarefas (LAVE; WENGER, 2022, p. 20).

Dessa forma, o processo de aprendizagem será pautado também no desenvolvimento das “habilidades interativas portáteis” (Lave e Wenger, 2022, p. 21), em um ambiente em que os coparticipantes possam pensar e compartilhar códigos diferentes sobre uma mesma ação, entretanto, eles se engajam para o fazer da atividade. No caso do PIBID–Ciências Sociais/UEM, temos percebido que a relação entre coordenador/as, supervisor/as, pibidianas/os e alunas/os da educação básica se concretiza por meio de uma divisão colaborativa da participação, na qual todas/os têm a possibilidade de se desenvolver em conjunto, respeitando-se as capacidades, ritmos e contribuições de cada sujeito envolvido: “[...] a aprendizagem é um modo de estar no mundo social, não um modo de conhecer coisas sobre ele” (Lave e Wenger, 2022, p. 23). Por isso, se faz necessário um engajamento para que ela possa se realizar de maneira prática.

Sendo assim, para que o programa possa ser institucionalizado de vez, se faz necessário discuti-lo para além de uma proposta de formação, mas também como uma política de estado. Existe uma luta histórica e diária para que isso venha a acontecer, no ano de 2025 houveram alguns avanços em relação a esta proposta que já circula nos debates políticos desde 2014. Em meados de maio de 2025 foi aprovado, na Comissão de Educação da Câmara, o Projeto de Lei (PL) Nº 7.552/14, uma vitória positiva para que o programa possa ser institucionalizado e não venha sofrer ameaças de encerramento mediante a governos autoritários ou que não prezam pela educação pública de qualidade.

Em outubro de 2025, o PL foi aprovado, de forma unânime, pela Comissão de Finanças e Tributação, sendo encaminhado para a sua última etapa na Câmara, a análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após essa fase, seguirá para o despacho presidencial. Ao ser aprovado definitivamente, o PL garantirá ao PIBID estabilidade jurídica, orçamento próprio e proteção contra contingenciamentos ou discontinuidades. Essa conquista



representa um passo fundamental para assegurar, de modo estruturado e duradouro, a formação inicial de docentes e a articulação entre teoria e prática na educação básica.

Os encontros realizados em 2025 com as/os pibidianas/os constituíram-se como espaços de exercício reflexivo. As trocas proporcionadas pelas leituras, pelas rodas de conversa e pela atuação delas/es em sala de aula trouxeram ao debate diversos questionamentos, entre eles o que vem sendo produzido, no âmbito acadêmico, sobre o PIBID na área das Ciências Sociais. A partir dessa inquietação, tanto coordenadores quanto acadêmicas/os propuseram-se a realizar um estudo do estado da arte, como etapa inicial da investigação.

Ferreira (2002) define o estado da arte como pesquisas de caráter bibliográfico que se propõem a mapear e discutir determinado tipo de produção acadêmica em um campo do conhecimento, com o objetivo de compreender o que tem sido produzido em artigos, dissertações, teses e outras formas de comunicação científica acerca de um tema ou objeto de pesquisa. O estado da arte possibilita pesquisas que:

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter invariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e o conjunto deles, sob os quais fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Dourado (2025) ratifica que esse tipo de abordagem metodológica constitui uma ferramenta de caráter qualitativo que, ao mapear o que já foi produzido sobre uma determinada temática, possibilita a elaboração de um levantamento sistematizado, de base bibliográfica, capaz de revelar as tendências predominantes, os recortes analíticos mais recorrentes e os enfoques que têm prevalecido nas investigações. Além disso, essa abordagem permite evidenciar as lacunas existentes na produção acadêmica, indicando aspectos e problemáticas que ainda precisam ser debatidos e aprofundados no campo do conhecimento em questão.

Para Texeira (2023, p. 06) o que diferencia o estado da arte de uma revisão bibliográfica é a sua capacidade de produzir um tipo de pesquisa que vai além de apontar o que tem sido estudado e discutido em um campo do conhecimento, ao fazer este levantamento é possível realizar uma análise aprofundada que tende a realizar uma avaliação do próprio campo demonstrando o que existe e também o que precisa ser descoberto: “Nesta perspectiva, eles são trabalhos dedicados identificar, mapear, descrever e analisar – sobre múltiplas dimensões, conforme o interesse da investigação...”



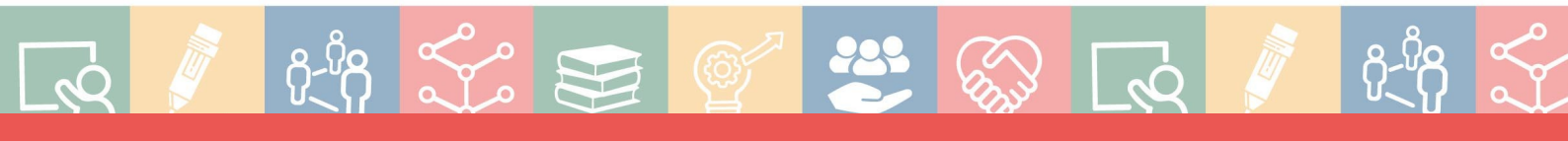
Assim, essa metodologia se concretiza por meio de um recorte temporal que possibilita evidenciar o campo investigado, validar os temas e enfoques em debate e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para novas abordagens e questionamentos. Ao buscar reconhecer o que tem sido produzido sobre o PIBID–Ciências Sociais em bases de dados, reafirma-se o argumento de Becker (2022, p. 20), segundo o qual: “Os dados nos interessam porque nos ajudam a construir um argumento sobre algo no mundo para o qual eles seriam relevantes”. Uma vez divulgados, esses dados permitem que nossas ideias venham ser aceitas, a partir das evidências apresentadas, sustentadas por observações participantes, registros categorizados e sistematizados, capazes de serem importante para o campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciarmos as primeiras buscas sobre a temática a ser investigada, deparamo-nos com o texto intitulado “O que temos pesquisado sobre o Pibid Sociologia no Brasil: um levantamento preliminar”, de Beatriz Amorim de Barros, publicado em 2024. A partir da leitura, constatamos que a autora delimitava objetivos bastante específicos para sua investigação, a saber: a) impasses na formação inicial; b) propostas e reflexões acerca de práticas pedagógicas; e c) a relação entre Pibid, comunidade e juventude. O artigo adotou como recorte temporal pesquisas realizadas entre 2013 e 2022, sendo o levantamento conduzido a partir das plataformas CAPES e SciELO, mediante o uso dos descritores “Pibid”, “Pibid Sociologia” e “Pibid Ciências Sociais”. Além disso, o texto incluía um relato de experiência.

Ao longo da leitura, entretanto, observamos que a autora não mencionava o PIBID enquanto possível política de Estado, tampouco explorava essa perspectiva no âmbito das Ciências Sociais. Tal lacuna chamou-nos a atenção e tornou-se o foco do levantamento que nos propusemos a realizar, a partir da metodologia do estado da arte. Neste sentido, definimos como objetivo buscar dados e evidências que contribuíssem para a compreensão da produção acadêmica acerca do PIBID–Ciências Sociais, especialmente no que se refere à defesa do programa enquanto política de Estado. Para tanto, entre os meses de junho e julho de 2025, realizamos um rastreamento de trabalhos acadêmicos em três bases de dados: a) CAPES, b) BDTD e c) JURN utilizando como descritores “PIBID em Ciências Sociais” e “PIBID Ensino de Sociologia”.

A) CAPES



De acordo com o acesso realizado em 25 de junho de 2025 ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), e a partir do uso dos descritores já referenciados, a busca inicial indicou aproximadamente 841 trabalhos. Contudo, esse número foi significativamente reduzido ao se constatar que os termos “ensino” e “PIBID” não filtravam exclusivamente produções relacionadas às Ciências Sociais. Diante disso, tornou-se necessário analisar página por página, a fim de identificar quais pesquisas se referiam, de fato, exclusivamente ao campo das Ciências Sociais.

Como resultado desse refinamento, foram mapeados 24 trabalhos: 10 localizados na primeira página de resultados, 2 na segunda, 1 na terceira, 10 na quarta, 1 na quinta, e nenhum a partir da sexta página. Diante da diversidade de investigações encontradas, fez-se necessária a elaboração de categorias analíticas que possibilitassem compreender os diferentes enfoques dos estudos. A partir da leitura dos resumos e da identificação das palavras-chave, os trabalhos foram organizados nas seguintes categorias: relatos de experiência - práticas; jogos didáticos; formação docente; currículo; e política de estado.

Esse procedimento corrobora o entendimento de Teixeira (2023) acerca da investigação por meio do estado da arte, segundo o qual:

Quando se trata de utilizar como fonte de pesquisa os catálogos com dados bibliográficos e resumos dos trabalhos produzidos na academia para uma possível organização da produção de uma certa área do conhecimento, parece que o pesquisador do “estado da arte” tem dois momentos bastante distintos. Um, primeiro, que é aquele que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado... Um segundo momento é aquele que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área de conhecimento (TEXEIRA, 2023, p. 265).

O que chamou bastante nossa atenção neste primeiro levantamento é que a maioria das pesquisas se encaixando nas categorias de relatos de experiências, práticas pedagógicas, seguido das produções sobre formação de professores. Algumas leituras dos resumos apresentaram ainda um dado interessante, mesmo que não sendo pesquisa sobre a atuação das/os pibidianas/os em ambiente escolar, a referência feita a elas/es, se dava pelo fato de participarem na construção de dossiê, entrevistas e em outros tipos de colaboração acadêmica. Observou-se, assim, uma espécie de “uso” desses bolsistas para finalidades diversas, que não se relacionam necessariamente com a formação, construção ou prática em sala de aula. Ainda



no âmbito desse portal, constatou-se que todos os trabalhos mapeados são artigos, não tendo sido identificadas dissertações ou teses. Diante disso, estabeleceu-se também a categoria “tipo de trabalho”, contemplando as classificações: artigo, dissertação e tese.

B) BDTD

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é um banco de dados voltado especificamente à divulgação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em nível de dissertação e tese. Acessado em 27 de junho de 2025, a partir do descritor “PIBID Ensino de Sociologia”, o sistema apresentou inicialmente 46 trabalhos. Após a leitura dos resumos e a análise das palavras-chave, esse número foi reduzido a 10 pesquisas.

Desse total, identificamos 1 (uma) tese que toma o PIBID como objeto central de investigação; 2 trabalhos nos quais o PIBID aparece como campo ou locus da pesquisa; e 7 dissertações, sendo 4 que analisam o programa como objeto em diferentes dimensões e 3 que o utilizam como lugar de pesquisa. As investigações mapeadas concentram-se majoritariamente nas categorias de formação docente e relato de experiência/prática pedagógica, havendo apenas 1 (uma) pesquisa com enfoque voltado à política educacional.

É importante ressaltar que, na maioria dos resumos analisados, o PIBID é mencionado como um programa governamental, porém sem constituir o foco central de aprofundamento teórico ou analítico. Embora pesquisar o PIBID implique reconhecer seu caráter de uma política federal, o debate presente nesses trabalhos tende a enfatizar os possíveis “resultados” e contribuições do programa, em detrimento de uma análise crítica mais aprofundada sobre o PIBID enquanto política educacional, sobretudo no que se refere à sua institucionalização como política de Estado.

C) JURN

Por fim, no dia 30 de junho de 2025, a pesquisa foi realizada, com os mesmos descritores, no portal JURN. Ao todo, foram levantados 23 trabalhos; dentre eles, 03 já haviam aparecido nas buscas realizadas nas outras bases de dados e, por esse motivo, foram excluídos da contagem. Assim, permaneceram 20 pesquisas, sendo 19 em formato de artigo e 01 dissertação. Distribuídas nas seguintes categorias: 09 relatos de experiências/práticas pedagógicas; 09 relacionados a formação de professoras/es; 01 sobre o PIBID como política pública, entretanto, este não era debatido na perspectiva do ensino de Sociologia.



Ferreira (2002) nos alerta que a abordagem metodológica do estado da arte, não é linear, e muito menos única. A leitura dos resumos indica um primeiro contato com a pesquisa e seus autores, dessa maneira a autora afirma que:

É possível ler em cada resumo e no conjunto deles outros enunciados, outros resumos, outras vozes, e perceber a presença de certos aspectos significativos do debate sobre determinada área de conhecimento, em um determinado período. A possibilidade da leitura de uma História pelos resumos que sabemos não pode ser considerada a única, tampouco a mais verdadeira e correta, mas aquela proposta pelo pesquisador do “estado da arte”; pode ainda ser resultado da compreensão das marcas deixadas pelos autores/editores em cada resumo e do estabelecimento de relações de cada um deles (resumo) com outros, e também com uma bibliografia que extrapola a da produção de dissertações e teses. Essa leitura possível dos resumos não se constrói, linearmente ou em uma simples cadeia. Cada resumo, mais do que ligado àqueles que o antecedem e o sucedem, traz no interior de si mesmo vozes de outros enunciados

De modo geral, a produção acadêmica sobre o PIBID em Ciências Sociais e no ensino de Sociologia concentra-se na análise de suas contribuições para a formação docente e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas no ensino médio. Observamos uma expressiva valorização das experiências formativas vivenciadas por licenciandos/as, supervisores/as e coordenadores/as, sobretudo no que diz respeito à aproximação entre universidade e escola. A partir da análise das três bases de dados, foi possível elaborar o seguinte quadro-síntese analítico das produções sobre o PIBID em Ciências Sociais / Ensino de Sociologia no Brasil (2013–2025):

Categorias	Foco das produções	Principais abordagens encontradas	Tendências e limites identificados
Formação docente	Impactos do PIBID na formação inicial de professoras/es de Sociologia.	Ênfase nos saberes da docência, na aproximação universidade–escola e na construção da identidade docente (dissertações, teses e artigos).	Forte concentração na dimensão experiencial; menor problematização do PIBID enquanto política pública estruturante.
Relato de Experiências/ Práticas pedagógicas	Experiências didáticas desenvolvidas no âmbito do PIBID.	Relatos de práticas com juventudes, metodologias ativas, uso do cinema, debates	Predomínio de relatos descritivos; pouca sistematização teórico-



		antirracistas e educação intercultural.	metodológica comparativa.
Currículo e ensino de Sociologia	Disputas curriculares e conteúdos da Sociologia escolar.	Análises sobre currículo, legislação (Lei 11.645/2008) e reações conservadoras (ex.: Escola sem Partido).	O PIBID aparece como pano de fundo; raras análises que conectem diretamente o programa às disputas curriculares.
Políticas educacionais	Inserção do PIBID no contexto das políticas de formação docente.	Estudos pontuais relacionam o programa ao pacto federativo, à institucionalização da Sociologia no ensino médio e às políticas de formação.	Área ainda incipiente; ausência de análises sistemáticas sobre descontinuidades, financiamento e defesa do PIBID como política de Estado.

Fonte: Autores (2026)

Observamos que, embora os estudos reconheçam a relevância do PIBID para a formação inicial de professores/as de Sociologia, o programa tem sido majoritariamente abordado de maneira fragmentada e fortemente centrada na dimensão experiencial. Como consequência, análises mais abrangentes sobre o PIBID enquanto política pública estruturante de formação docente tendem a permanecer em segundo plano. A defesa do programa como política de Estado capaz de assegurar continuidade, financiamento e institucionalidade, aparece de forma pontual, marginal ou implícita, configurando uma lacuna significativa na produção. É precisamente nesse espaço analítico que se insere a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a temática, ainda pouco explorada, com potencial para contribuir de forma consistente para o fortalecimento do debate, tanto no âmbito acadêmico quanto no campo das políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Acreditamos que o contato com o estado da arte pode auxiliar não apenas no recorte temporal da investigação, mas também no aprofundamento das questões norteadoras e das hipóteses que orientam estas primeiras análises. Entendemos que tal movimento pode abrir caminhos para o surgimento de novas produções acadêmicas, promovendo o debate acerca do PIBID–Ciências Sociais também no âmbito das políticas públicas de educação. Desse modo, o programa pode ser analisado a partir de uma perspectiva que o compreende como um importante instrumento na formação de novas e novos docentes, para além das práticas pedagógicas e dos relatos de experiências.

Ao evidenciar as tendências predominantes na produção acadêmica, especialmente aquelas voltadas às práticas de ensino e às experiências formativas, o estado da arte proposto tornou visíveis as lacunas ainda existentes. Nesse sentido, a escassez de estudos que problematizem o PIBID, nas Ciências Sociais, enquanto política pública de educação, e mais especificamente enquanto política de Estado, indica a necessidade de ampliar o olhar analítico sobre o programa. Tal ampliação implica compreendê-lo não apenas como uma iniciativa formativa pontual, mas como parte de um projeto mais amplo de valorização da formação inicial docente e de fortalecimento da educação pública.

Considerar o PIBID sob essa perspectiva significa reconhecer sua inserção em disputas políticas, institucionais e epistemológicas que atravessam o campo educacional brasileiro. Assim com a refletir sobre sua permanência, continuidade e consolidação, especialmente em contextos de instabilidade nas políticas educacionais. Ao deslocar o foco exclusivo das experiências pedagógicas para uma análise que articule formação docente e política pública, ampliam-se as possibilidades de compreensão do programa em sua dimensão estruturante.

Dessa forma, defendemos que novas investigações possam aprofundar essa abordagem, contribuindo para consolidar o debate sobre o PIBID–Ciências Sociais como uma política estratégica para a formação de professores e para a própria consolidação do ensino de Sociologia na educação básica. Com isso, o estado da arte não se encerra em um exercício de mapeamento, mas se constitui como ponto de partida para análises mais densas, críticas e comprometidas com a defesa da educação pública.

REFERÊNCIAS

AMORIM DE BARROS, B. O que temos pesquisado sobre o Pibid Sociologia no Brasil: um levantamento preliminar. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**,



[S. l.], v. 19, n. 1, p. 88–106, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/50781>. Acesso em: 9 dez. 2025.

BECKER, H. Evidências: Sobre o bom uso dos dados em ciências sociais. Rio de Janeiro, **Zahar**, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID** e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2010. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7219-24-junho-2010-606872-publicacaooriginal-127693-pe.html>>. Acesso em: 09 dez.2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 7.552 de 2014**, propõe transformar o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBID) em uma política de estado. 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=615367>>. Acesso em: 09 dez.2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Artigo nº 60, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID**. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2007. Disponível em: <<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=797>> Acesso em: 09 dez.2025.

DOURADO, S. Cultura Digital, Sociabilidade Virtual e Gerações. **Relatório final de estágio de pós-doutorado**, 2025.

FERREIRA, Norma Sandra De Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revisão & Sínteses, Educação & Sociedade**, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez.2025.

LAVE, J.; WENGER, E. Aprendizagem situada: participação periférica legitimada. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2022.

SANTOS, M. B. do. O PIBID na área de ciências sociais: condições epistemológicas e perspectivas sociológicas: as perspectivas pública e cosmopolita. Revista Brasileira De Sociologia - **RBS**, 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/90>. Acesso em: 09 dez.2025.

TEIXEIRA, P. M. M. Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciê. Educ.**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vZDnsY48PqFyr5Jc7N7htbp/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez.2025.

